

ESTADO NEOLIBERAL E OS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL

Ramanna Soares Barbosa¹

Albani de Barros²

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 2317-1693

ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo os reflexos da crise estrutural do capital para o trabalho na contemporaneidade, acarretados pelos impactos causados pela inserção da reestruturação produtiva e o advento do Estado neoliberal. Abordaremos as características da sociedade capitalista e suas estratégias de expansão, bem como as ofensivas para o trabalho. Em seguida descreveremos sobre as crises constitutivas do capital da década de 1930 e da década de 1970. Por fim, abordaremos a natureza do Estado Neoliberal e seus reflexos para as relações de trabalho. Concluimos que as estratégias utilizadas pela capital nada mais é do que uma forma de manter-se no domínio da economia e do trabalho. Este trabalho tem como objetivo analisar a o caráter destrutivo do modo de produção capitalista e a forma de precarização das relações de trabalho, que teve início a partir crise estrutural na década de 1970. Apreendemos que o Estado neoliberal encontra-se consolidado as propostas de expansão do capital, no qual reduz os custos sociais, mantendo a desigualdade e o desemprego com objetivo de manter condições favoráveis para a reprodução do capital.

PALAVRAS-CHAVE

Crise estrutural, Estado neoliberal, reestruturação produtiva, trabalho.

ABSTRACT

This work has as its object of study the reflexes of the structural crisis of capital to labor in the contemporary world, entailed by the impacts caused by the insertion of the productive restructuring and the advent of Neoliberal State. We will discuss the characteristics of capitalist society and its expansion strategies, as well as offensive to the work. Then we will describe about the crises of constitutive capital from the 1930s and 1970s. Finally, we will discuss the nature of the Neoliberal State and its implications for labor relations. We conclude that the strategies used by capital is nothing more than a way to remain in the field of work and the economy. This work aims to analyze the destructive character of the capitalist mode of production and form of casualization of labor relations, which started from structural crisis in the 1970s. We apprehend that the Neoliberal State is consolidated proposals for capital expansion, which reduces the social costs, maintaining inequality and unemployment in order to maintain favorable conditions for the reproduction of capital.

KEYWORDS

Structural Crisis. Neoliberal State. Productive Restructuring. Labor.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem-se constatado os maiores índices de precarização do trabalho. Desde a década de 1970 a precarização e formas de flexibilização do trabalho tem sido um assunto discutido por diversos pesquisadores da área do trabalho, com o interesse de discutir algumas soluções viáveis aos reflexos de tal precarização à classe trabalhadora.

Essa forma de trabalho flexibilizado, intensifica a contradição do sistema capitalista, já que, de um lado eleva a acumulação do capital e de outro lado, causa um enorme problema social, visto que propicia a precarização do trabalho.

Atualmente as formas precárias de trabalho estão numa escala mundial, na qual, jovens, adultos, mulheres que estão inseridos no mercado de trabalho, passam por certa insegurança de a qualquer momento poderão ser substituído pelas máquinas ou serem demitidos de seus cargos por causa do enxugamento das empresas, proporcionando uma maior acumulação do capital. É nesse cenário que o capital impõe o destino da classe trabalhadora de forma submissa frente ao mercado de trabalho.

Este trabalho tem como objetivo apresentar os impactos sofridos pela classe trabalhadora frente às crises e mudanças do capital. Para isto torna-se necessário percorrer a trajetória a seguir.

Apresentaremos o surgimento e as características da sociedade capitalista, que neste processo, a alienação e a exploração da força de trabalho ganham intensidade, porém não podemos esquecer que nas sociedades pré-capitalistas o sujeito não tinha consciência de tal exploração.

A economia e a política também são características da sociedade. Em consequência desta forma de organização de sociedade as crises econômicas também se fazem presentes. Apresentaremos a crise de 1929, suas consequências à classe trabalhadora e as estratégias do *Welfare State* utilizadas pelo Estado. Por fim, nos remetermos a analisar a crise estrutural do capital, que tem início nos anos 1970, a nova estrutura de Estado com o Neoliberalismo e os reflexos da Reestruturação Produtiva no trabalho.

2 CARACTERÍSTICAS DA CRISE CÍCLICA

O modo de produção capitalista vem passando por crises desde sua origem, uma vez que as crises são constitutivas desse modo de produção e as estratégias utilizadas para seu enfrentamento se distinguiram em função de alguns elementos, sendo eles: o grau de desenvolvimento do capitalismo; a forma de organização das classes sociais e as formas de constituição e desenvolvimento do Estado em dado momento histórico (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Nas sociedades pré-capitalistas existiam crises, porém, eram trazidas como consequências imediatas de uma carência generalizada dos bens necessários à vida social, indicando uma insuficiência na produção de valores de uso e, por isso, podem ser designadas como crises de subprodução de valores de uso. Como consequência da redução da produção, havia a diminuição da força de trabalho utilizada (NETTO; BRAZ, 2010).

Já as crises do Modo de Produção Capitalista (MPC) partem por um viés oposto: a crise capitalista aparece como uma crise de superprodução de valores de uso, não encontrando assim, consumidores para pagar o seu valor de troca. Netto e Braz (2010, p. 157) confirmam que “as crises são inevitáveis sob o capitalismo; mas é perfeitamente possível e viável uma organização da economia estruturalmente diferente da organização capitalista, capaz de suprimir as causas das crises”.

Os autores ainda afirmam:

A análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 157).

O ciclo econômico decorrente das crises do modo de produção capitalista pode ser especificado em quatro fases: (1) a crise, que pode ser detonada por problemas econômicos ou político de qualquer natureza, sendo a causa fundamental a super-produção; (2) a depressão, caracterizada pelo desemprego e baixos salários, visto que as mercadorias produzidas não obtêm consumidores, permanecendo assim estocadas, esperando a possibilidade de recuperação do mercado; (3) a retomada, as empresas sobreviventes incorporam e absorvem outras empresas que quebraram e começam a produzir mais, diminuindo aos poucos o problema do desemprego; e (4) o auge, que com a grande concorrência leva os capitalistas a investir nas suas empresas, no intuito de lançar ao mercado quantidade cada vez maiores de mercadorias; até o momento em que um problema econômico ou político qualquer reapareça para que assim comece uma nova crise e o ciclo recomece (NETTO; BRAZ, 2010, p. 159-160).

Vale resaltar um pouco da dinâmica da crise nas palavras de Salama e Valier (1975, p. 115 apud NETTO; BRAZ, 2010, 158-159):

A crise é assim a expressão do caráter particular contraditório assumido pela acumulação do capital. Contraditório porque os interesses do capitalista entram em frequente oposição, mais ou menos aguda, com seus interesses enquanto integrante da classe capitalista. Vejamos um exemplo: se o capitalista A vê cair a sua taxa de lucro, ele pode inicialmente dispensar trabalhadores e aumentar a intensidade do trabalho, esperando assim diminuir os custos e reencontrar suas margens de ganho. Mas, se muitos capitalistas fizerem o mesmo – e o capitalista A não pode impedi-los de fazê-lo –, a meta buscada não é alcançada. Longe de se restabelecer, a taxa de lucro cai e a crise se generaliza. O capitalista A obtém o inverso do que busca, precisamente porque não denomina as leis do mercado e essas se voltam contra ele. A criação do desemprego, resultante de sua ação e daquela de seus imitadores, não permite – embora diminua provisoriamente seus custos – que as mercadorias sejam vendidas pelo seu valor. A mais valia não se realiza ou não se realiza integralmente. O crescimento do desemprego significa menos dispêndio de salários e, portanto, menos possibilidades de escoar as mercadorias. A forma dinheiro é insuficiente em relação à forma mercadoria, impedindo que essa seja escoada pelo seu valor.

Existem vários motivos que resultam da dinâmica contraditória do modo de produção do capitalismo que convergem nas crises: a anarquia da produção; a queda da taxa de lucro; e o subconsumo das massas trabalhadoras. Sendo por meio das crises que a lei do valor se impõe. A dinâmica que dá vida ao capitalismo mostra-se

completamente instável, na qual passa por períodos de crescimento, sendo ao mesmo tempo tomada por grandes crises, resultando e refletindo aos trabalhadores, o desemprego, a miséria, entre outros (NETTO; BRAZ, 2010).

No período de 1825 até aproximadamente à Segunda Guerra Mundial, época considerada de sucesso econômico, também foi acompanhado por crises. Sendo a última crise eclodida entre 1937/1938, porém interrompida pela guerra. A partir da segunda metade do século XIX e no início do século XX, o liberalismo enfraquece suas bases materiais, resultando em alguns processos políticos e econômicos, sendo eles: o crescimento do movimento operário, no qual ocupou espaços políticos importantes; reconhecendo direitos sociais e políticos com maior amplitude à classe trabalhadora; mudanças no mundo da produção, com a inserção do fordismo.

A crise de 1929-1932 foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que teve início no sistema financeiro americano, a partir de 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro pânico na Bolsa de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Esta crise econômica ocasionou destruição nas forças produtivas, assim como precarizou as condições de vida da sociedade, visto que várias empresas e fábricas foram a falência e com isso os trabalhadores perderam seus empregos. Neste período, as concepções socialistas ganham maior visibilidade com a consolidação da experiência socialista existente na União Soviética no campo político e nos conflitos entre as classes sociais.

A referida crise se denomina como crise de superprodução na qual os Estados Unidos foram os mais afetados entre todos os outros países. A crise de 1929 se desenvolveu pelas elevadas taxas de juros dos bancos centrais com objetivo de conter as pressões inflacionárias e consequentemente os capitais deixam as bolsas de valores para se beneficiarem da rentabilidade dos títulos do tesouro, com isso, desaba o valor das ações nas bolsas de valores. Assim, nos Estados Unidos o Estado passou a cortar gastos públicos e aumentar os impostos, consequentemente, aumentou o desemprego sendo essa uma das medidas adotadas que colaboraram com a intensificação da crise naquele período.

A população foi rigorosamente trabalhadora atingida pela elevação do pauperismo. O colapso acabou por provocar a redução do comércio mundial, mantendo assim o aumento do desemprego e fazendo com que os trabalhadores que estavam desempregados não conseguissem se inserir novamente no mercado devido a redução dos postos de trabalho. Dessa forma, os trabalhadores não tinham condições mínimas necessárias para se manterem, visto que, a única forma que o trabalhador tem para ter acesso as condições mínimas necessárias à sobrevivência, no sistema capitalista, é vendendo sua força de trabalho.

Segundo Netto e Braz (2010, p. 156), “A partir do segundo pós-guerra, foram implementadas políticas macroeconômicas e surgiram instituições nacionais e supranacionais com objetivo de reduzir o impacto das crises”. Já em 1932, durante as eleições presidenciais nos EUA, quando Franklin D. Roosevelt é eleito, mecanismos políticos e econômicos tentaram amenizar os efeitos da crise, viabilizando a recuperação e o crescimento na esfera econômica por meio dos programas que faziam parte do *New Deal* (SOUZA, 2009). Foi no governo de Roosevelt que ocorreu o controle dos preços dos produtos e da inflação em uma perspectiva de superação da crise.

Com o surgimento das estratégias como o *New Deal* e em seguida o *Welfare State*, respectivamente, o Estado passa a intervir frente à economia e as políticas sociais passam, também, a serem incorporadas, notadamente a partir do final da década de 1940, como uma das estratégias para aquecimento do consumo e revitalização da economia.

Especialmente para superar a crise de 1929, as estratégias para seu enfrentamento sustentavam-se em três pontos, um dos principais era o fordismo, ainda mais na crise, pois era uma das principais saídas para o aumento da produtividade e diminuição unitária dos bens e serviços, possibilitando a produção de mercadorias de baixo custo. Assim, garantindo a lógica de produção e reprodução das mercadorias. Dessa forma, “o fordismo articula o processo de produção em massa e o modo de consumo, que é então a chave da universalização do trabalho assalariado” (ALVES, 2009, p. 28).

Com a diminuição dos preços unitários dos itens produzidos e o incentivo através de políticas sociais “o trabalhador passa a ter acesso ao consumo de bens duráveis e, em consequência disso, os ganhos da produtividade puderam ser sentidos por todos os setores da economia” (ALVES, 2009, p. 28). No âmbito produtivo, a lógica fordista intensifica o ritmo de trabalho, extrai uma maior quantia de sobretrabalho e realiza um controle mais despótico contra os agentes produtores.

No cenário de ascensão do capital nas chamadas três décadas de “ouro”, o Estado passa a incentivar e promover o consumo de mercadorias. Contraditoriamente, a economia mundial capitalista só consegue se reerguer por meio do barateamento e da desvalorização dos meios de produção e da força de trabalho realizados pela Crise e pela II Guerra Mundial.

Para preservar-se, essa economia teve que destruir o que com base no trabalho criativo construiu antes. Era o meio de conter o desenvolvimento das forças produtivas dentro da forma como o sistema se organiza para produzir. Foi essa destruição que reestabeleceu, no pós-guerra, as condições de valorização do capital – isto é, as taxas de lucro – compatíveis com a recuperação econômica nos moldes capitalistas. (SOUZA, 2009, p. 37).

O Segundo ponto de resposta à crise de 1929 foi o padrão keynesiano de regulação econômica e social. O pensamento *Keynesiano* fundamenta-se na compreensão da economia, através da observação dos níveis de consumo e investimentos do governo, das empresas e dos próprios consumidores (BOTTOMORE, 2001).

Já o terceiro ponto foi a ampliação dos direitos na perspectiva da teoria Marshall, o qual garantia direitos mínimos a todos, porém, esses direitos não poderiam abalar as estruturas do modo de produção capitalista, garantindo assim, a produção e a reprodução do capital. As ampliações das políticas sociais e do papel do Estado estavam associadas diretamente ao âmbito do trabalho.

O *Welfare State* foi período marcante da expansão das políticas sociais e embora os avanços sociais no âmbito do direito social e das políticas públicas para os trabalhadores nos países centrais, também existia o objetivo de retomar a taxa de lucro do capital. Ou seja, as transformações na esfera social, política, econômica e cultural, ao decorrer do desenvolvimento do modo de produção capitalista, acontecem exatamente para a manutenção deste mesmo sistema.

Diante deste contexto, vale salientar que como destacam Behring e Boschetti (2008, p. 63):

[...] não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais (Pisón, 1998). Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo.

As reivindicações da classe trabalhadora também tiveram papel fundamental em tais mudanças, uma vez que:

Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociedade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação. (BARBALET, 1989 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 63-64).

Assim, o Estado de Bem-Estar Social é, de certa forma, resultado da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho à classe trabalhadora dos países de capitalismo central.

No que se refere ao processo de luta de classes neste período, Alves (2007, p. 91) ressalta que:

O processo de luta de classes e as condições geopolíticas e de acumulação de capital do pós-II guerra mundial, em meados do século XX, permitiram a constituição de *salariato fordista-keynesiano*, que se ampliou para o centro capitalista e que marcou a idéia de trabalho assalariado vinculado a um Estado de Bem-Estar Social, com direitos sociais e de inserção ampla no mercado de consumo. Ele veio a caracterizar a inserção social do “núcleo orgânico” do proletariado organizado (nem todos os setores de classe do proletariado estiveram implicados no *salariato* fordista-keynesiano, mas apenas os proletários organizados ligados ao setor monopolista da economia capitalista).

Por meio das teses de Jonh Maynard Keynes, o Estado passa a regular e intervir na economia e no campo social nos países de capitalismo central, uma vez que suas teorias buscavam gerar o pleno emprego, o crescimento econômico, a instituição de serviços e políticas sociais, visando à criação de demanda, juntamente, à ampliação do mercado de consumo, com intuito de firmar um amplo acordo entre capital e o trabalho.

O Keynesianismo estava associado ao pacto de organização do taylorista-fordista de produção e consumo em massa, juntamente com acordos coletivos com trabalhadores do setor fabril, no que se refere aos ganhos de produtividade do trabalho. Dessa forma, o fordismo representou além das mudanças técnicas, com a entrada da linha de montagem, também uma forma de regulação das relações sociais e controle sobre os trabalhadores.

A revolução que o modelo fordista ocasionou na esfera produtiva e organizacional do trabalho encontrou resistência dos trabalhadores já na segunda metade dos anos 1960 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). De um lado o fordismo alavanca a produção industrial, do outro degrada o trabalhador na medida em que as habilidades são substituídas pelos movimentos repetitivos acelerados pelo ritmo das máquinas. O fato é que o capitalismo se caracteriza em movimentos contraditórios e de crises. O período mais efervescente de crise capitalista veio a partir da década de 1970, no qual o padrão de acumulação capitalista do pós-guerra entra em crise e se esgota o modelo de produção fordista.

3 AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL PARA O TRABALHO E NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo nasce após a Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde o capitalismo predominava. Foi uma resposta política e teórica contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Ainda em 1944, Friedrich Hayek escreveu *O Caminho da Servidão*, um livro que tratava sobre a liberdade econômica e política por parte do Estado, como também defendia a ideologia neoliberal.

Em 1947, Hayek fundou a sociedade de Mont Pèlerin, que nas palavras de Anderson (1995, p. 9), era “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos”. Tinha como propósito “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 9). Porém, neste momento o capitalismo vivia sua idade de ouro na qual não viabilizou as condições necessárias para a entrada do neoliberalismo.

Com a chegada da crise do modelo de produção fordista (acumulação rígida) em 1970 o capital não consegue mais produzir e consumir em massa, dando início a grande recessão econômica. Como resultado dos impactos da crise, houve uma grande quantidade de trabalhadores desempregados, reivindicações salariais. Contudo, em resposta às ações políticas dos trabalhadores, o programa neoliberal conduziu um intenso processo de quebra do “poder” dos sindicatos, tanto pela repressão, como pelo estímulo ao desemprego.

Em decorrência do recuo da classe trabalhadora, em razão a ofensiva neoliberal, principalmente nos anos 1980 e 1990, o neoliberalismo passa a consolidar com a proposta de reduzir custos em gastos sociais, manutenção da desigualdade e ampliação do desemprego com o objetivo de manter a ordem e equilibrar a economia.

O discurso neoliberal passa a naturalizar as desigualdades, indicando uma ação compartilhada entre mercado, Estado e sociedade civil, dando ênfase a esta última por estar mais próxima dos indivíduos e de onde vivem. Isto significa uma redução dos gastos na área do social.

A queda dos salários, a redução de gastos públicos, a elevação do desemprego, a privatização são expressões do projeto neoliberal (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Seu conteúdo econômico não consegue retornar o capital ao apogeu vivido no *Welfare State* no que se refere ao crescimento econômico, mas conseguiu implantar seus objetivos como: redução de políticas sociais, aumento da desigualdade, fragmentação da classe trabalhadora, quebra dos sindicatos e controle sobre o exército

industrial de reserva, por meio das novas formas de flexibilização do trabalho, no qual os países passaram a se adequar à ideologia neoliberal, com a finalidade de reerguer o capital e continuar dominando a classe trabalhadora.

Nas palavras de Anderson (1995, p. 10), a inserção do neoliberalismo nos governos:

[...] não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direita desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.

Dos países de capitalismo avançado que adotaram a experiência neoliberal o governo de Thatcher, na Inglaterra, foi o que desenvolveu medidas mais sistemáticas e ambiciosas. Visto que:

Contrairam a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram

níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente esta foi uma medida surpreendentemente tardia, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 1995, p. 10).

O neoliberalismo se desenvolveu inicialmente na década de 1970 no Chile, sendo o país pioneiro do ciclo neoliberal, todavia, seu modelo teve um caráter experimental, sob a influência de acadêmicos dos Estados Unidos, sendo implantado em solo latino por meio de um regime dos mais cruéis do pós-guerra, o governo de Pinochet. Entre suas características econômicas constavam: a desregulamentação, o desemprego em massa, a repressão sindical, a redistribuição de renda em favor dos ricos e a privatização de bens públicos.

Ainda na América Latina, a implantação do neoliberalismo ocorreu de formas diferenciadas, na Bolívia não ocorreu pela necessidade de quebrar o movimento operário, mas pela necessidade econômica de parar a hiperinflação. No caso dos países da Argentina, México e Peru a implantação das políticas neoliberais ocorreu com a não transparência dos ainda candidatos à presidência, uma vez que após eleitos, os mesmos fizeram exatamente o oposto que tinham prometido nas eleições, conduzindo políticas radicalmente antipopulistas em 1990.

O neoliberalismo foi efetivado na maioria dos países da América Latina para regular a economia com a finalidade de resolver o problema da crise que se expandiu mundialmente. Para os neoliberais, a crise dos anos de 1970 foi provocada devido ao poder excessivo dos sindicatos e da movimentação operária, que havia corroído as bases da acumulação capitalistas com suas pressões reivindicativas sobre os baixos salários e para que o Estado investisse em gastos sociais (ANDERSON, 1995). Com isso, havia uma destruição dos níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada da economia de mercado. Desta maneira seria necessária manter um Estado forte que controlasse os sindicatos e a classe trabalhadora.

Para Anderson (1995, p. 23) o neoliberalismo:

[...] é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado.

Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistem a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa.

Resultante da mundialização do capital, o Estado neoliberal é a forma de Estado político, é um elemento político integrante da precarização do trabalho que se mantém na reprodução capitalista, não sendo apenas uma forma de governo e sim uma forma de Estado político. Ainda sobre o neoliberalismo, Alves (2007, p. 149) destaca que: “Por isso é que, entra governo e sai governo, a dinâmica neoliberal continua se impondo. A constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global.”

4 OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO TRABALHO

Não podemos negar que as transformações ocorridas no modo de produção capitalista, a partir do final dos anos 1970, realizaram mudanças bruscas e fundamentais nos processos de trabalho da classe trabalhadora, como também nas expressões socioculturais em esfera global. Vivemos em uma sociedade na qual o modo dominante limita nossa forma de pensar e também nos impossibilita o acesso à riqueza socialmente construída, como também a outras dimensões da vida humana. Passando a alienar a forma de pensar da classe trabalhadora. Este modo de produção faz com que a classe trabalhadora não perceba que a causa fundamental está vinculada na apropriação da propriedade privada e na apropriação da força de trabalho em favor da acumulação de capital.

A partir de 1950 a 1970, um novo modelo de produção, o toyotismo, passou a dar os primeiros passos no Japão, na empresa Toyota. Este modelo de produção acabou ganhando o mundo nos anos de 1980, com sua forma de gerenciamento e organização da força de trabalho, no que afetou fortemente o mundo do trabalho (ANTUNES, 2011).

O contexto econômico japonês após a II Guerra Mundial tinha como característica um ambiente aberto a novas formas de produção e de competitividade pelas empresas japonesas. No que se refere ao sistema Toyota, Taiichi Ohno (1978, apud PINTO, 2007, p. 55), criador do sistema esclarece que:

O sistema Toyota teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção. Dada sua origem, esse sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o sistema Toyota, ao contrário, revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso.

Naquele período existia a necessidade do aumento “tanto da produtividade – nos limites de uma produção que não se baseasse na grande escala –, quanto da capacidade de se produzir pequenas quantidades de diversos modelos de produtos.” (PINTO, 2007, p. 56). O sucesso da junção desses dois elementos foi sendo construído ao longo de 1947 até o início de 1970 (PINTO, 2007).

A necessidade de criar uma capacidade de alta produtividade se deu a partir de uma crise que a Toyota enfrentou em 1949. No padrão produtivo anterior, a operação de várias máquinas era feita por só um trabalho, com o método toyotista foram implantadas diferentes tipos de máquinas com distintas finalidades, proporcionando a concentração no mesmo setor de diferentes funções de trabalho. Segundo Pinto (2007, p. 57), “Dentre essas funções estavam a de programação de máquinas, o planejamento e a coordenação da produção, além da manutenção do aparato produtivo e do controle de qualidade dos produtos”.

Para a execução das funções era preciso grupos de trabalhadores em diferentes setores, porém, Ohno uniu as funções em poucos postos de trabalho que adquiriram uma característica de multifuncionalidade e de polivalência, passando a ser exigido um trabalhador que obtivesse várias funções e responsabilidade por sua execução dentro da mesma jornada.

Na década de 1950, Ohno, adapta a fabricação de automóveis da Toyota a um conjunto de técnicas de gestão de estoques que colocava a frente à necessidade de uma reposição rápida de estoque. O toyotismo, também, se apropria do método *kanban* e do *just in time*. O método *kanban*, teve um papel essencial na reagregação de diferentes funções em poucos postos de trabalho. Já o *just in time*, significa que é preciso produzir somente o necessário, na quantidade necessária e no momento necessário. Estes são uns dos motivos da decadência do fordismo.

Como resposta à crise de 1970, a toyotismo ganha espaço no mercado mundial, garantindo maiores ganhos da produtividade, resultante da eliminação dos desperdícios das horas de trabalho paradas. Alves (2007, p.156) caracteriza o toyotismo, como “o novo espírito da racionalidade capitalista no local de trabalho”. O toyotismo, caracteriza-se pela intensificação do trabalho, pela flexibilização da produção, pela criação de equipe e da organização sindical cooperativa opressiva. Partindo disto, o modelo de produção fordismo começa a ser mesclado entre o toyotismo. Antunes (2011) ressalta a passagem do fordismo para o toyotismo dando ênfase no incentivo as mudanças de comportamento dos trabalhadores:

Sob a lógica mercantil, a revolução tecnológica informacional advinda com este modelo é outra consequência que contribui para intensificação do sobretrabalho e precarização, pois ela tem o poder de qualificar o trabalhador para novas funções, como também de desqualificar, proporcionando a exclusão da função. Isso acontece porque o mercado necessita que o trabalhador passe a ser polivalente e exerça mais de uma atividade.

Dentro da dinâmica da reestruturação produtiva, o desemprego é um fenômeno que produz a precarização do trabalho. A partir da diminuição contínua das ofertas de emprego, as empresas passam a ser instaladas onde o mercado de força de trabalho é desprovido de maturidade de lutas de classe, aumentando sua exploração:

Em locais em que o desemprego se encontra em estágio moderado, torna-se mais difícil para as empresas combinar jornadas de trabalho mais exaustivas com salários baixos. Daí a escolha geográfica por locais onde a força de trabalho seja mais vulnerável. Nessas circunstâncias, as empresas podem impor condições rígidas até mesmo para o enfrentamento das demissões voluntárias, pois os trabalhadores, ao deixarem a empresa, correm o risco de aceitar uma proposta mais baixa ou de enfrentar o desemprego. O medo de perder o emprego abre caminhos para uma maior disciplina no trabalho, fazendo com que o próprio trabalhador se ajuste ao sistema de exploração. (ALVES, 2009, p. 34).

A lógica do capital é destrutiva e os processos de produção flexível, desemprego, terceirizações e a crise do capitalismo só confirmam o poder de destruição do capital sobre as formas de trabalho. Os movimentos sociais e políticos dos trabalhadores vêm sendo afetados pela intensificação das expressões nefastas que o mundo do trabalho vem sofrendo. Com isso, também vêm perdendo seu poder de lutas de classe em escala mundial.

Por fim, podemos entender que a crise que atinge o trabalho é fundamental para desenvolver as formas apropriadas pelo capital para a superação de sua crise. Como toda e qualquer forma de tentativa de superação das contradições inerentes a dinâmica capitalista não podem encontrar soluções no interior da própria ordem, para que haja uma transformação (superação) dessa forma de sociabilidade é imprescindível a não submissão da classe trabalhadora ao capitalismo. A emancipação do ser social é uma possibilidade que se traduz por meio da superação da produção mercantil capitalista e de suas bases de sustentação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, a forma de trabalho humano passa a ser um trabalho alienado. No entanto, o trabalho faz parte da história da humanidade, sendo o trabalho uma condição de existência para a sociedade e, também, uma condição para a sobrevivência dos indivíduos nessa forma de sociedade.

Na sociedade capitalista, a relação do homem com a natureza se desenvolve por meio da propriedade privada e da divisão do trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista, recebendo como troca o salário que equivale à reprodução enquanto trabalhador. No entanto, as necessidades reais de sobrevivência dos trabalhadores não são atendidas, já que o que prevalece é a expansão do sistema capitalista. Assim, quando o trabalhador vende sua força de trabalho ele passa a ser reduzido à condição de uma mercadoria.

A precarização do trabalho se intensifica a cada momento em que o capital se desenvolve e impulsiona um aumento incontável da exploração do trabalho mediante a intensificação do controle do capital sobre o trabalho, com a utilização de novas técnicas produtivas. Surgindo neste contexto a chamada reestruturação produtiva que gera o aumento do desemprego em massa, no qual os trabalhadores passaram a se submeter a trabalhos precários, informais, terceirizados entre outras formas de trabalho precarizado proporcional à dinâmica da reprodução do sistema do capital.

Essa nova forma de trabalho vem desencadeando uma instabilidade na reprodução da sociedade, que afeta também o próprio sistema do capital, sendo conduzida de forma global a capacidade de estimular o crescimento do exército industrial de reserva como resposta à crise, mesmo que ocorra uma leve diminuição nos lucros.

As características da acumulação capitalista no período de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) adquire nova forma no que tange ao fenômeno da precarização do trabalho, pois não está mais vinculada aos trabalhadores em setores da produção ainda em desenvolvimento, mas sim, atingindo a classe trabalhadora nos países de capitalismo central, como nos países periféricos. Esse cenário acarreta sobre a classe trabalhadora, a partir do agravamento da crise estrutural do capital, que se torna permanente a formas de precarização do âmbito do trabalho.

Esse fenômeno é de caráter estrutural, uma vez que parte de uma lógica destrutiva do capital, que é assimilada ao sistema de reprodução do mesmo. Por isso, se as formas precárias de trabalho forem respondidas pela ordem vigente, não será para pôr em questão o sistema de reprodução do capital, já que este fenômeno tem limites, pois mesmo que sua presença esteja em escala global, não poderá jamais atingir a toda classe trabalhadora, porque isso provocaria falência do sistema do capital, cessando a estrutura de comando do capital.

Com isso entendemos que o capital é quem necessita do trabalho para se legitimar, e não ao contrário, uma vez que é o trabalho o verdadeiro sujeito da reprodução social. O capital tenta sustentar a todo custo seu controle sobre o trabalho com interesse de não expor a ordem vigente. Neste sentido, a precarização e a flexibilização do trabalho são mecanismos de controle, cujo interesse é o ajuste deste em benefício do sistema do capital e não da classe trabalhadora.

É por isso que, nunca foi tão urgente, nos dias atuais, a luta pela superação dessa forma de sociedade capitalista. A superação desse modo de produção capitalista significa a luta pela sobrevivência da própria humanidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2.ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Silvia Neli de Lima Guedes. **Responsabilidade social**: um pacto entre estado e sociedade civil no enfretamento do caráter destrutivo o capitalismo. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Maceió: UFAL, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a entralidade do mundo do trabalho. 15.ed. São Paulo : Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanette. **Capitalismo em crise**. Política Social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **Política Social**: fundamentos e história. 3.ed., São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.2).

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimentos Sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Internacional Contemporânea**: Da Depressão de 1929 ao Colapso Financeiro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009.

Data do recebimento: 4 de Setembro de 2014

Data da avaliação: 4 de Setembro de 2014

Data de aceite: 4 de Setembro de 2014

1 Acadêmica do Curso de Serviço Social da Unit - Maceió. E-mail: ramannasoaes@hotmail.com

2 Bacharel em Comunicação Social e Mestre em Serviço Social pela UFAL. Possui especialização em Gestão de Projetos Sociais pela Unit - Maceió. É Doutorando em Serviço Social pela UFPE. Atualmente é docente no curso de graduação em Serviço Social e pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas na Faculdade Integrada Tiradentes - Unit - Maceió. Nesta instituição, também é Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Crise Estrutural e Transformações no Mundo do Trabalho. E-mail: albanibrr@hotmail.com